CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

MPSP



Liliana recebeu 189 votos e terá Sérgio de Passos Simas como vice

MPSP elege Liliana Mercadante Mortari como corregedora-geral

Liliana foi eleita corregedora-geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o próximo biênio, em votação realizada nesta quarta (11), por sistema eletrônico, com a participação de 311 procuradores de Justiça. A chapa vencedora recebeu 189 votos, correspondentes a 60,8% dos votos registrados, e terá Sérgio de Passos Simas como vice-corregedor-geral. A candidatura adversária, formada por Gilberto Nonaka e Pedro Ferreira Leite Neto, obteve 117 votos. Também foram contabilizados dois votos em branco e três nulos. A eleição foi conduzida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, sob a presidência do procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. A Corregedoria-Geral é responsável pela fiscalização e orientação da atuação funcional dos membros do Ministério Público, além de inspeções e acompanhamento do cumprimento dos deveres de promotores e procuradores. O mandato terá duração de dois anos.

Angra lança Calendário Oficial de Eventos

Angra dos Reis lançou o Calendário Oficial de Eventos 2027. A cerimônia aconteceu na Casa Larangeiras e apresentou as atividades culturais, esportivas e religiosas previstas para o próximo ano. A iniciativa permite que moradores e visitantes tenham conhecimento antecipado da programação da cidade. Eventos já tradicionais, como o Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande e a Festa Internacional de Teatro de Angra dos Reis (FITA), ganharão a companhia de novas atrações.

DIVULGAÇÃO/PMAR



A cerimônia de lançamento do Calendário 2027

Planejamento estratégico

Detalhe: o calendário é também uma ferramenta estratégica para o planejamento e a divulgação dos eventos, contribuindo para dar previsibilidade ao mercado, fortalecer a economia local e impulsionar o turismo em Angra dos Reis. E mais: a organização da publicação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação, que coordenou a elaboração do calendário e promoveu um concurso para selecionar as fotografias que ilustram a edição.

Programação musical

O cantor e compositor Tiago Iorc abre a programação musical na sexta-feira, 14 de maio. Um dos principais nomes da música pop brasileira contemporânea, com mais de 15 anos de carreira, ele conquistou o público com canções que combinam pop, folk e MPB e marcadas por melodias delicadas e letras românticas. No sábado, 15 de maio, será a vez de Fagner subir ao palco.

'Alívio Pontual'

A Fiesp classificou como um alívio pontual a decisão liminar do ministro Flávio Dino, do STF, sobre a implementação da nova jornada de trabalho. Para a entidade, a medida representa um primeiro sinal de flexibilização diante da complexidade da mudança, mas não resolve integralmente os problemas decorrentes da alteração.

Negociação Coletiva

A decisão do STF reconhece a possibilidade de negociação coletiva para flexibilizar a compensação de folgas na escala 5x2. Para a Fiesp, o entendimento representa um avanço ao considerar as particularidades das relações de trabalho e evitar que um cronograma rígido desconsidere a realidade produtiva dos diferentes setores.

Prazo Insuficiente

A entidade considera insuficiente o prazo de 60 dias previsto para a conclusão de novas convenções nos setores afetados. Segundo a Fiesp, uma transformação dessa magnitude exige planejamento, diálogo com os segmentos econômicos e um período de adaptação compatível com as condições do mercado.

Pressão Inflacionária

A Fiesp alerta para os efeitos do fim da escala 6x1 sobre os custos de produção e a inflação. A entidade cita manifestação do Banco Central na ata mais recente do Copom sobre o tema e avalia que o aumento de preços, combinado ao crédito caro, penaliza empresas e famílias brasileiras, com reflexos sobre o poder de compra.

Crédito Caro

Na avaliação da Fiesp, a combinação de pressão inflacionária e juros elevados aprofunda o endividamento generalizado da economia. A entidade sustenta que mudanças nas jornadas de trabalho precisam considerar seus impactos sobre a atividade produtiva, os custos empresariais e a capacidade financeira das famílias.

Transição Ampliada

A Fiesp espera que o plenário do STF prorrogue por 12 meses a entrada em vigor das regras previstas na Emenda Constitucional 141/2026. A entidade cita como referência cronogramas de adaptação adotados por países como Chile, Colômbia e México, considerados exemplos de transições mais estruturadas e compatíveis com a realidade econômica.

TON MOLINA/AGÊNCIA SENADO



Senado aprovou texto-base do pacote de ajuste fiscal para 2027

Governo aprova o texto-base do ajuste fiscal no Senado Federal

Governo aceitou mudanças; destaques serão votados na próxima semana

Por **Beatriz Matos**

Após dois dias de negociações, o governo Lula (PT) conseguiu aprovar, nesta quinta-feira (12), o texto-base do pacote de ajuste fiscal para 2027 no Senado. Foram 45 votos favoráveis e 31 contrários, em uma sessão marcada por bate-boca e tentativas da oposição de adiar a deliberação. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), encerrou os trabalhos e deixou a análise de quatro destaques para a próxima semana.

O senador Magno Malta (PL-ES) apresentou sucessivas questões de ordem, sustentando que o regimento previa um intervalo de quatro sessões após a aprovação da urgência. Alcolumbre rejeitou os pedidos, argumentando que a votação no mesmo dia era uma prática consolidada na Casa.

A discussão se acirrou quando Malta acusou o presidente de atropelar o regimento e agir como um "ditador". O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), reagiu, acusou o senador de tumultuar a sessão e fez referência à depredação de prédios públicos.

Para ampliar o apoio, Braga incorporou sugestões de governistas e oposicionistas. Entre elas, uma emenda de Izalci Lucas (PL-DF), que exclui o Fundo Constitucional do Distrito Federal das restrições fiscais do projeto.

Braga também acolheu uma emenda de Randolfe que retira a exigência de um plano para adequar o crescimento de despesas obrigatórias constitucionais aos limites do arcabouço fiscal.

Após a votação, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, disse que o projeto combina contenção de despesas e medidas tributárias, preservando políticas sociais.

"Ele faz de forma inteligente, combinando medidas de despesa e receita e preservando direitos da população, especialmente a política de valorização do salário mínimo, que para nós é sagrada", afirmou.

O PLP 299/2026, de autoria de Jaques Wagner (PT-BA), prevê mudanças no arcabouço fiscal, contenção de gastos e revisão de benefícios tributários. A estimativa é de melhora do resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027.

O Planalto ainda terá de construir uma nova maioria entre os deputados. O desafio é concluir a tramitação antes da votação do Orçamento de 2027.